

Refletindo sobre a inclusão escolar: O que é capacitismo?

Reflecting on school inclusion: What is capacitism?

Estela Costa Ferreira¹, estela.ferreira@ifsuldeminas.edu.br

¹Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, IFSULDEMINAS, campus Pouso Alegre.

Avenida Maria da Conceição Santos, 900, Parque Real, Pouso Alegre.;

Universidade do Vale do Sapucaí, UNIVÁS.

Av. Prefeito Tuany Toledo, 470, Fatima, Pouso Alegre

Recebido em 23 de Março de 2023; Aprovado em 10 de Junho de 2023

RESUMO O processo de inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar se deu de maneira lenta. Ao longo da história, a pessoa com deficiência foi segregada, excluída e menosprezada. Dentre as diversas barreiras enfrentadas para a inclusão, nos deparamos com o capacitismo. O capacitismo é o preconceito destinado à pessoa com deficiência, enxergando-a como menor, incapaz ou inapta. Mesmo com o respaldo legislativo para a entrada e permanência nas escolas, elas muitas vezes são vistas apenas através de seus laudos médicos. A forma como entendemos a deficiência está associada com a forma de tratamento social e impacta nas predileções de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem. O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos sobre inclusão, em especial, sobre capacitismo, e fomentar o conhecimento e discussão sobre o assunto no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados SciELO, catálogo de teses e dissertações da CAPES e artigos acadêmicos indexados. Apesar da crescente ascensão do tema, a inclusão é pouco pesquisada, limitando-se a área biomédica, psicossocial e a educação inclusiva. Consideramos a reflexão sobre o tema imprescindível para a melhoria dos métodos e metodologias de ensino que busquem uma escola de qualidade para todos. Além disso, refletir sobre o capacitismo e alterar antigas práticas é necessário para a transição entre integração e inclusão escolar. Espera-se que este trabalho traga reflexões importantes para o conceito de inclusão e estimule a elaboração e utilização de novas práticas de ensino anti-capacitistas.

Palavras-Chave: Inclusão. Pessoas com deficiência. Escola Inclusiva. Capacitismo.

ABSTRACT The process of including disabilities people in the school took place slowly. Throughout history, disabilities people have been segregated, excluded and despised. Among the various barriers faced for inclusion, we are faced with capacitism. The capacitism is prejudiced against disabilitiespeople, seeing them as minors, incapable or unfit. Even with legislative support for entering and staying in schools, they are often seen only through their medical reports. The way we understand disability is associated with the form of social treatment and impacts on the predilections of teaching and learning methods and strategies. The objective of this paper is to discuss the concepts of inclusion, in particular about capacitism, and to promote knowledge and discussion on the subject in the school. This is a bibliographical research with a qualitative approach, carried out in SciELO data bases, CAPES catalog of theses and dissertations and indexed academic articles. Despite the growing rise of the subject, inclusion is little researched, limited to the biomedical, psychosocial and inclusive education areas. We consider the reflection on the theme essential for the improvement of teaching methods and methodologies that seek a quality school for all. In addition, reflecting on capacitism and seeking to change old practices is necessary for the transition between school integration and school inclusion. It

is hoped that this paper will bring important reflections on the concept of inclusion and stimulate the development and use of new anti-capacists teaching practices.

Key-Words: Inclusion. People with disabilities. Inclusive School. Capacitism.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira concebe o tema da Educação Especial e Inclusiva de maneira eloquente (VALADÃO, 2023). Entretanto, para que a inclusão se torne realidade, é necessário mais do que apenas respaldo legislativo. Bueno (1993) defende mudanças no contexto socioeconômico, cultural e de planejamento contínuo, alterando valores da sociedade como um todo.

A discussão sobre o tema educação inclusiva tem ganhado espaço nos debates hoje em dia. Os conceitos de normalidade e de padrões de aprendizagem precisam ser alterados para a garantia de igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Assegurar a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todos os alunos à participação nos diferentes espaços da estrutura social é um dever (DUTRA, 2006). Assim sendo, a política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) reforça a ideia de que a educação inclusiva considera igualdade e diferença como valores inerentes, caminhando para equidade dentro e fora da escola, sendo

fundamentada na concepção dos direitos humanos.

Apesar do crescente interesse por discussões sobre inclusão, o campo ainda é pouco estudado, e, segundo Mello (2019), há pouco incentivo à pesquisa na área. A produção acadêmica está limitada, principalmente, as áreas ligadas à biomedicina, à psicologia ao desenvolvimento ou à educação especial. Dessa forma, percebe-se a relevância deste trabalho e a importância em pesquisar e debater sobre o assunto.

Diversas vezes, a pessoa com deficiência é vista como incapaz ou inapta para realizar tarefas como trabalhar ou tomar decisões próprias enquanto sujeito autônomo e independente. Quando isto acontece, estamos diante de uma lógica capacitista. O termo capacitismo se refere ao ato de discriminação, preconceito ou opressão contra a pessoa com deficiência (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021). O capacitismo é um, dentre os diversos desafios enfrentados na busca pela inclusão.

O termo capacitismo se refere à naturalização e hierarquização das capacidades corporais humanas. Quando uma pessoa não enxerga com olhos, ela é lida como deficiente e passa a ser percebida culturalmente

como ‘incapaz’ e, portanto, ‘especial’ (MELLO, 2019, p. 136).

Conceituar o capacitismo é discutir sobre aquilo que consideramos normal. A padronização dos corpos é reforçada pela concepção biomédica que trata a deficiência como algo a ser curado ou corrigido, “produzindo relações ancoradas em concepções caritativas/assistencialistas e/ou patologizantes dos corpos” (SIQUEIRA; DORNELLES, 2020, p.19).

O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos sobre inclusão, em especial, sobre capacitismo, e fomentar o conhecimento e discussão sobre o assunto no ambiente escolar. A necessidade de repensar os processos de inclusão, de adaptar o ambiente escolar na busca por uma educação crítica e de qualidade, justifica esta pesquisa. Para que haja inclusão, não basta estar no mesmo ambiente, é necessário pertencer a ele. O ensino e a aprendizagem encontram um empecilho no capacitismo, visto que presume a pessoa com deficiência como menor, contradizendo a ideia de equidade escolar. É preciso discutir e assumir nossos preconceitos a fim de superá-los e alcançar uma educação verdadeiramente comprometida com a sociedade.

Este artigo apresentará um resumo das concepções acerca da deficiência para uma contextualização histórica e, em seguida,

uma reflexão sobre as práticas capacitistas no ambiente escolar. O intuito é discutir sobre nossas ações enquanto professores, alunos e membros da sociedade em busca de uma escola mais justa e igualitária, onde todas as pessoas caibam nesse espaço. Propor uma reflexão sobre as diferenças e similaridades entre proteger e incapacitar, entre o auxílio e o assistencialismo. O preconceito, infelizmente, é cultural e está presente em nosso dia a dia. Logo, repensar nossas práticas e ações diárias se torna importante para a construção de uma sociedade em que todos pertençam.

MATERIAL E MÉTODOS

Entende-se por pesquisa, uma sucessão de etapas que possuem objetivo determinado pelo pesquisador com a finalidade de explorar fatos de uma realidade através de processos sistemáticos (LEHFELD, 1991). Este trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos sobre inclusão, em especial, sobre capacitismo, e fomentar o conhecimento e discussão sobre o assunto no ambiente escolar. Uma contextualização histórica e reflexão sobre a inclusão no ambiente escolar são realizadas, a fim de contribuir para a compreensão e instigar a discussão sobre capacitismo. Inicialmente, foram

consultadas as bases de dados SciELO e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Também foram consultados palestras e minicursos disponíveis *on-line* sobre o tema. A compreensão se dará pela trajetória percorrida, podendo ser reconfigurada para descrever com maior profundidade os aspectos envolvidos.

A busca utilizando os filtros “capacitismo” e “escola” retornou poucos resultados e foi ampliada, com as palavras “educação inclusiva”, “inclusão” e “pessoa com deficiência”. Os artigos, teses e dissertações foram selecionados de acordo com os objetivos, procurando semelhanças com a proposta deste trabalho. O referencial teórico é baseado em autores como Maria Teresa Eglér Mantoan e Fiona Kumari Campbell.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a idade média e moderna, devido à forte influência religiosa, a pessoa com deficiência era vista por meio de um modelo caricato. A deficiência era entendida como um castigo divino, atribuída ao pecado. Neste contexto, a pessoa com deficiência era motivo de deboche ou repulsa, sendo ridicularizada, excluída ou até mesmo, sacrificada.

A pessoa com deficiência, ao longo da história, foi abordada a partir da sua lesão e entendida como um fato isolado ou uma

tragédia pessoal. Esses argumentos eram respaldados na concepção biomédica (DINIZ, 2007). Dessa forma, existia um sentimento de isenção de responsabilidade da família, escola e sociedade para com a pessoa com deficiência, visto que ela era entendida como uma fatalidade biológica e individual que deveria ser suprimida através de tratamentos que buscassem a normalização do ser. De acordo com Araújo e Cunha (2020, p. 310), a normalização da pessoa

[...] condiz com um contexto histórico no qual não se pensava a integralidade da pessoa com deficiência como ser humano, ou seja, a busca era por condições que pudessem fazer com que a pessoa com deficiência atingisse determinada média social e exercesse as mesmas funções que as demais.

Esta visão deriva da proposição de um corpo ideal culturalmente imposto as pessoas. Logo, quando algo não se encaixa nesse ideal é pautado como anormal, menor ou menos humano (MARCHESAN; CARPENEDO, 2021).

Dessa forma, conviver e educar uma pessoa com deficiência era visto como um “peso” e a concepção biomédica instigava a isenção da escola e da sociedade desse “fardo”. Assim, a solução encontrada foi segregar as pessoas com deficiência do convívio com os demais, já que elas não correspondiam aos padrões de normalidade

impostos pela sociedade. Hoje, podemos afirmar com clareza, que esta política de “favor” não contribui para o desenvolvimento educacional e limita a aprendizagem de todas as pessoas, tornando a educação simplória e desconectada da sociedade real. Ressalta-se ainda, que a inclusão está baseada em uma concepção de reconhecimento e aceitação da diversidade. Sendo assim, a segregação e/ou exclusão de alunos de salas ou escolas não possui fundamento aceitável.

Mello (2019) elucida sobre as fases utilizadas para descrever as pessoas com deficiência, destacando três modelos: o modelo caritativo, o modelo biomédico e o modelo social. O modelo caritativo enxerga a pessoa com deficiência através de uma vida trágica e sofrida, e, desta forma, merece a caridade dos demais. Nesta perspectiva, surgem locais especializados no tratamento de pessoas com deficiência que, de forma geral, são pouco desafiadores intelectualmente, acarretando em limitações para o ingresso nos meios acadêmicos, mercados de trabalho e convívio social. Cronologicamente, em seguida, temos o modelo biomédico que percebe a pessoa com deficiência por meio de sua lesão. Dessa forma, ela tem um papel passivo de paciente e busca a normalidade de funcionamento físico, sensorial e

intelectual. Para Bock, Gesser e Nuernberg (2018, p. 145), as pessoas não devem ser definidas meramente pela sua lesão, pois há “[...] uma completude de características que abarca essa variação corporal e funcional e esta vai além do diagnóstico clínico”. De acordo com esse pensamento, a partir da década de 60, surge uma nova concepção, conhecida como o modelo social. Este modelo

[...] critica a forma como a sociedade organiza-se ao não considerar a diversidade e acaba por excluir as pessoas com deficiência dos meios políticos e sociais (MELLO, 2019, p. 123).

No modelo social, a deficiência é entendida como uma inaplicabilidade entre a relação do corpo e a sociedade. Logo, a deficiência está no meio que não é adequado as condições de todas as pessoas e não no corpo com lesões. Assim, tem-se um fenômeno sociológico que precisa de uma solução política (CAMPBELL, 2001).

Silva (2006, p. 121) considera a deficiência como uma condição firmada nas interações entre as pessoas e a sociedade. Dessa forma, “a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva”, ela é determinada culturalmente na produção histórica e política da sociedade. Dessa forma, de acordo com a cultura e o costume de cada povo a deficiência é moldada, e,

consequentemente a visão que temos das pessoas com deficiência depende desta criação cultural. Mello (2019) destaca que a deficiência é uma condição que aparece conforme é construída a produção de existência dos povos, assim como crenças religiosas ou diferenças étnicas. Nesta mesma linha, Mello (2019, p. 124) sugere que “o capacitismo está para as pessoas com deficiência, assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres”. Diniz (2007), Mello (2016) e Siqueira; Dorneles e Assunção (2020) corroboram com essa ideia:

[...] não é mais uma simples expressão social de uma pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, tais como sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente (DINIZ, 2007, p. 1).

Nos dias de hoje, ainda se encontram propostas de segregação de pessoas com deficiência baseadas em justificativas que visam “proteger” e/ou desqualificar a produtividade e qualidade do trabalho destas pessoas. Mesmo com o respaldo legislativo, o acesso de pessoas com deficiência às escolas, à ambientes de trabalho, ou a sociedade de um modo geral,

não é igualitário. Existem muitas barreiras que limitam o acesso da pessoa com deficiência. Por exemplo, são inúmeros relatos de matrículas negadas e/ou dificultadas em escolas em decorrência de ser um aluno com deficiência, ou concursos públicos que, mesmo solicitando laudos médicos e justificativas para a inscrição do candidato, não tem condições físicas para que esta pessoa realize a prova. A justificativa usada é, quase sempre, a mesma, a escola não está preparada para recebê-lo ou não temos adequações e pessoal suficientes.

Com frequência, o capacitismo surge como uma tentativa de proteger e/ou ajudar a outra pessoa, de condecorar suas realizações ou de cumprimentar suas conquistas. No entanto, essas “boas intenções” estão carregadas de preconceito e de uma concepção de incapacidade. A pessoa com deficiência é enaltecida por (r)existir com deficiência. Ou seja, ela faz a mesma coisa que as demais pessoas fazem, mas é parabenizada por isso. De acordo com o Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência:

O capacitismo está focalizado nas supostas ‘capacidades das pessoas sem deficiência’ como referência para mostrar as supostas ‘limitações das pessoas com deficiência’ (SASSAKI, 2023).

Trata-se de uma barreira atitudinal, pois considera alguém incapaz baseando-se em diferenças corporais, colocando a ênfase nas supostas “pessoas normais”. Dessa forma, é necessário discutir sobre a emancipação das pessoas com deficiência, no sentido de garantir seu direito de decisão e escolha. Mello (2019) aponta que há um desequilíbrio entre grupos no apoderamento de lugares de produção e disseminação de conhecimento, como as universidades ou lugares na política. Isso decorre do fato de que os acessos não são garantidos a todos de maneira justa e, conseqüentemente, suas vozes não reproduzem um discurso sólido na sociedade. Neste sentido, garantir espaço é equivalente a garantir fala, que, por sua vez, significa poder existir.

Alguns discursos vociferam sobre a viabilidade em destinar gastos que serão usufruídos apenas por parte da população. Essa ideia remete a concepção biomédica que entende a pessoa com deficiência como um caso isolado e/ou tragédia individual. Entretanto, o último censo aponta que 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (IBGE, 2010). Não podemos tratar como casos isolados quase um quarto da população do país. E aqui, cabem alguns questionamentos para reflexão sobre o destino de verbas em oposição ao pensamento anterior: quantas

pessoas cadeirantes pagam por cadeiras em escolas?; quantos cegos pagam por projetores e lousas?; quantos surdos pagam por caixas de som?; e neste ponto, a concepção social nos faz repensar o posicionamento das escolhas em relação a essa minoria (não tão pequena assim).

Siqueira, Dorneles e Assunção (2020, p. 60) resumem os três períodos comentados. Primeiramente, no modelo caricato

[...] a deficiência é associada a uma vontade divina e ao pecado. O segundo modelo está centrado na reabilitação, tratando a deficiência a partir da descrição de limitações e impedimentos, com o objetivo de investigar formas de adaptar o sujeito à vida social, justificando a segregação social como forma de proteção e cuidado biomédico. O terceiro modelo, denominado de modelo social, marca a necessidade de retirar a deficiência enquanto dificuldade orgânica, para contextualizá-la enquanto uma produção social, implicando o reconhecimento da dignidade como inerente a toda e qualquer condição humana e a necessidade de garantia do pleno exercício da cidadania.

O processo em busca de inclusão escolar se dá lentamente no Brasil. A introdução de alunos com deficiência nas escolas regulares foi uma tentativa de romper a abordagem médico-terapêutica que mantinha a educação dessas pessoas em escolas especiais. Entretanto, inicialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394 de 1996 (LDBEN) propunha a criação

de salas especiais nas escolas regulares o que mantinha a exclusão das pessoas com deficiência. A integração escolar, que perpetua até os dias de hoje, é confundida com a inclusão (SANTOS; SOUZA, 2021). Para que possamos caminhar para a inclusão de todos, além de estar no mesmo local é necessário pertencer a ele. Ou seja, a escola deve, além de possuir adaptações estruturais, arquitetônicas e curriculares, proporcionar um ambiente propício para “uma comunidade que não pratique o discurso rotulador e as posturas assistencialistas”, ressaltando que a interação entre os alunos com, e sem deficiência, é uma entre as condições essenciais para o processo de inclusão. A cultura capacitista atrapalha e/ou impede a aprendizagem do aluno e favorece o fracasso escolar (SANTOS; SOUZA, 2021, p. 86924).

Mas, qual a relação entre a escola e o capacitismo? As situações de preconceito e/ou privação dos direitos da pessoa com deficiência constituem ações capacitistas. Alguns atos preconceituosos não deixam dúvida quanto a sua natureza, como debochar de uma pessoa com deficiência ou proibir que ela participe de alguma atividade. No entanto, algumas ações capacitistas estão camufladas em pseudoproteção ou assistencialismo.

Exemplificando, podemos citar o caso de um professor de educação física que solicita que um aluno cadeirante se retire de uma atividade de lançar a bola na cesta para não se machucar, questiona-se: se o aluno possui apenas redução do movimento das pernas, qual o problema em usar os braços para arremessar? Ou professores que dispõem de atividades escolares aquém das aptidões intelectuais do aluno ou ainda a desmotivação em realizar avaliações para alunos com deficiência justificando que este aluno não reprova já que possui um laudo médico. Vale ressaltar, que uma pessoa com deficiência possui as mesmas obrigações escolares de qualquer outro aluno. Lembrar apenas que essas atividades devem conter currículos adaptados às necessidades do aluno, com utilização de tecnologia assistiva quando necessário e os espaços educacionais devem possuir estrutura arquitetônica acessível para garantir o acesso e a participação em condições de igualdade, sendo respaldada pela Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Devemos refletir sobre a linha tênue existente entre proteger/cuidar/colaborar e o assistencialismo/capacitismo. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária começa com a criação de uma sala de aula

para todos, respeitando e valorizando as diferenças.

Processos de exclusão, marginalização e opressão social marcam a vida de pessoas com deficiência, impedindo a completa participação na sociedade em igualdade de condições. Esse processo de opressão se sustenta em

[...] fundamentos morais, religiosos e biomédicos que atribuem à condição da deficiência uma explicação exclusivamente individual, objetificando as pessoas com deficiência e contribuindo para naturalização e manutenção da presença das barreiras nas suas diversas formas (atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas, informacionais e institucionais) perpetuando-se a partir de uma lógica de normalidade das barreiras (PAIVA; SILVEIRA; LUZ, 2020, p. 95).

O convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa e colaborativa devem guiar as escolhas metodológicas para o processo de inclusão escolar (MANTOAN, 2003). O conhecimento deve produzir sentido para o aluno, contemplando a sua subjetividade ao mesmo tempo que é construído no coletivo em sala de aula. Assim, a diferença se torna uma oportunidade de aprendizado. Segundo Mantoan (2013), devemos superar as antigas práticas em busca de novas metodologias que proporcionem uma educação verdadeiramente crítica e de

qualidade. Dessa forma, a inclusão suscita a recusa de toda forma de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o entendimento acerca da deficiência se modifica, alterações no tratamento e nas práticas de ensino e aprendizagem são necessariamente discutidas. Discutimos os processos e a visão dirigida às pessoas com deficiência ao longo da história, passando como incapaz e sendo segregadas do convívio social. Atualmente, ainda existem barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas que contrariam o respaldo legislativo. O acesso e a permanência nas escolas e a participação na sociedade são direitos de todos e não devem ser cerceados por práticas capacitistas.

Apresentamos uma breve discussão sobre o capacitismo e as formas de enfrentamento e percepção do problema.

Entendemos o modelo biomédico como impróprio para o ambiente escolar, já que ele classifica os estudantes com deficiência como incapazes. O modelo social identifica barreiras na escola e na sociedade que dificultam ou impedem a participação de todas as pessoas em colaboração, logo possui um aporte teórico condizente com as necessidades educacionais.

Concluimos que a pessoa com deficiência não pode ser vista apenas através da sua lesão, como alguém que deve ser tratada para a normalização do ser e reduzida a um diagnóstico. Como o conceito de deficiência é construído culturalmente, podemos reavaliar nossas ações para a construção de novos conceitos e percepções sobre a pessoa com deficiência. Enfatizamos que a responsabilidade sobre a não inclusão das pessoas com deficiência em diferentes locais está na sociedade que não é capaz de garantir acessibilidade e se adequar as necessidades de todas as pessoas.

Em particular, a escola deve ser um ambiente acolhedor e adepto as diferenças. É imprescindível a criação e discussão de metodologias e métodos que tornem a escola inclusiva e propicie um ensino e aprendizagem de qualidade, comprometido com a sociedade e melhoria das qualidades de vida.

O capacitismo é acentuado pela perpetuação da normalização do ser proeminente do legado de segregação social e falta de acolhimento da diversidade trazidos pelos processos de ensino e aprendizagem ao longo da história. A transformação do ambiente escolar em um local de colaboração mútua, acolhimento e

pertencimento é necessária para a eliminação de barreiras da aprendizagem.

Ideias que corroboram com a segregação, ou se limitem a integração, já superadas pela legislação brasileira, devem ser abandonadas pela escola a fim de dar ênfase a busca por aprofundamento de metodologias colaborativas e participativas com intuito de incluir todos os alunos e proporcionar uma aprendizagem plena e crítica.

Valorizar o princípio da equidade escolar é garantir um ambiente anti-capacitista e livre de preconceitos. Assegurado o acesso à educação em igualdade de oportunidades.

Refletir sobre o capacitismo requer repensar práticas e conceitos que foram aprendidos e executados ao longo da história e redefini-los. Aprendemos a tratar a pessoa com deficiência como menor, ineficiente ou, até mesmo, incapaz. Nutrimos um sentimento de caridade, assistencialismo e, às vezes, desprezo para com elas. Alterar a forma que enxergamos a deficiência não é tarefa fácil. Mas, acreditamos que conhecimento é essencial para iniciar esse processo de reflexão.

Este artigo almeja incentivar a discussão sobre a inclusão e repensar práticas capacitistas nas escolas. Entendemos que o pertencimento de todos

no ambiente escolar é essencial para uma aprendizagem crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE NA CÂMARA, Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html>>. Acesso: 21 de março de 2023.

ARAÚJO, Naim Rodrigues de; CUNHA, Chales Moreira. Interpretação do modelo social de deficiência a partir do conceito de normalidade de Canguilhem. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, RS, v. 25, Dossiê, 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

SASSAKI, Romeu Kassumi. **Acessibilidade na Câmara**: glossário de acessibilidade [BRASÍLIA]: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/glossario.html> >. Acesso: 31 mai 2023

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial, brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

CAMPBELL, Fiona Kumari. IncingLegal Ficons: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. **Griffith Law Review**, London, v. 10, n.1, p. 42-62, 2001.

DUTRA, Cláudia Pereira. Editorial. In: Inclusão. **Revista da Educação Especial**. Ano 2, n. 3, dez de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEFEHLD, Neide Aparecida de Souza.; BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Para uma escola do século XXI**. Campinas, SP: UNICAMP/BCCL, 2013.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC, Ciênc. saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>> Acesso: 17 out 2022.

MELLO, Anahi Guedes de. Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: PRATA, S.; CALDAS, S. (org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 166 p. 2019.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho.;
SILVEIRA, Thaís Becker Henriques;
LUZ, Joseane de Oliveira. Dinâmicas Da
Participação Política e Estudos da
Deficiência: representatividade e políticas
públicas. In: GESSER, Marivete; BOCK,
Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula
Helena (org.). **Estudos da deficiência:**
anticapacitismo e emancipação social.
Curitiba, Brasil: CRV, 2020. p. 95 – 111.

SANTOS, Natanniele Felício; SOUZA,
Janayna. Capacitismo no ambiente escolar:
implicações para alfabetização científica
do estudante com deficiência
Empowerment in the school environment:
implications for scientific literacy of
students with disabilities. **Brazilian
Journal of Development**, v. 7, n. 9, p.
86920-86934, 2021.

SILVA, Luciene Maria da. A deficiência
como expressão da diferença. **Educação
em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 111-
133, 2006.

SIQUEIRA, Denise; DORNELLES, Tarso
Germany; DE ASSUNÇÃO, Sabrina
Mangrich. EXPERIENCIANDO
CAPACITISMO: a vivência de três
pessoas com deficiência. **ESTUDOS DA
DEFICIÊNCIA**, p. 145, 2020.

VALADÃO, Maely Passos Boeri.
Educação inclusiva: uma análise crítica do
ordenamento jurídico brasileiro na inclusão
escolar das pessoas com
Autismo. **Brazilian Journal of
Development**, v. 9, n. 3, p. 10409-10423,
2023.